

## QUEM SÃO OS MAIS POBRES? EXPLORANDO TENSÕES SOCIAIS E HORIZONTES POLÍTICOS

Hélio Alexandre Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Meu objetivo neste texto é apresentar algumas hipóteses provisórias acerca da articulação entre o social e o político por meio de uma abordagem que traz o fenômeno da pobreza para o centro do debate. Para construir esse trajeto, o livro *Planeta favela*, de Mike Davis, será o ponto de partida. Contudo, não pretendo reconstruir todos os argumentos presentes ali, mas explorar as linhas gerais de uma abordagem comum da pobreza pensada como aquilo que diz respeito à falta do mínimo. Em seguida, procuro oferecer uma concepção alternativa de pobreza considerada como falta de acesso àquilo que foi socialmente produzido e que atinge alguns mais, outros menos. Finalmente, apresento algumas reflexões iniciais no sentido de mostrar que, embora as múltiplas experiências de pobreza envolvam diferentes formas de privação, nem por isso ela anula os potenciais sociais de resistência e transformação política.

**Palavras-chave:** Favelização; Pobreza; Política; Sociedade.

## WHO ARE THE POOREST? EXPLORING SOCIAL TENSIONS AND POLITICAL HORIZONS

### Abstract

My aim is to present some provisional hypotheses about the relationship between the social and political through an approach that brings the phenomenon of poverty to the center of the debate. To build this path, the book *Planet of slums*, by Mike Davis, will be the starting point. However, I do not intend to reconstruct all the arguments present there, but to explore the general lines of a common approach to poverty thought of as what concerns the lack of the minimum. Then, I try to offer an alternative conception of poverty considered as lack of access to what was socially produced. Finally, I present some initial reflections in order to show that, although the multiple experiences of poverty involve different forms of deprivation, it does not nullify the social potentials of resistance and political transformation.

---

<sup>1</sup> Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas (DESCPP). Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFil). Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento de Políticas Públicas (PAPP). ORCID: XXXXXXXX. E-mail: helio.alexandre@unesp.br.

**Keywords:** Favelização; Poverty; Politics; Society.

## ¿QUIÉNES SON LOS MÁS POBRES? EXPLORAR TENSIONES SOCIALES Y HORIZONTES POLÍTICOS

### Resumen

Mi objetivo en este texto es presentar algunas hipótesis provisionales sobre la articulación entre lo social y lo político a través de un enfoque que lleva el fenómeno de la pobreza al centro del debate. Para construir este camino, el libro Planeta favela, de Mike Davis, será el punto de partida. Sin embargo, no pretendo reconstruir todos los argumentos allí presentes, sino explorar las líneas generales de una aproximación común a la pobreza pensada en lo que concierne a la falta del mínimo. Luego, trato de ofrecer una concepción alternativa de la pobreza considerada como la falta de acceso a lo que se produjo socialmente y que afecta a unos más, a otros menos. Finalmente, presento algunas reflexiones iniciales para mostrar que, si bien las múltiples experiencias de pobreza involucran diferentes formas de privación, no anula las potencialidades sociales de resistencia y transformación política.

**Palabras clave:** Favelização; Pobreza; Política; Sociedad.

### INTRODUÇÃO

*A refavela revela o salto que o preto  
pobre tenta dar  
Quando se arranca do seu barraco  
Prum bloco do BNH [...]  
A refavela revela a escola de samba  
paradoxal  
Brasileirinho pelo sotaque, mas de  
língua internacional [...]  
Refavela - Gilberto gil*

*A pressa em mostrar que não se é  
pobre é, em si mesma, um atestado  
de pobreza. A nossa pobreza não  
pode ser motivo de ocultação. Quem  
deve sentir vergonha não é o pobre  
mas quem cria pobreza. Vivemos  
hoje uma atabalhoada preocupação  
em exibirmos falsos sinais de  
riqueza.*

Mia Couto

O objetivo deste texto é explorar alguns aspectos da relação entre o social e político, tendo o fenômeno da pobreza como eixo articulador central. Pretendo oferecer maior concretude aos argumentos que mobilizo ao recuperar elementos trazidos por um trabalho que tem como seu objeto principal a articulação das formas de organização dos grandes conglomerados urbanos do hemisfério sul. Outro eixo que estrutura o caminho traçado aqui é construído a partir das tensões presentes no processo crescente de favelização das grandes cidades. Ao tomar essas tensões através da mobilização de um movimento entre elementos *micro* e *macro*, pretendo iluminar algumas dinâmicas sociais que surgem a partir de experiências de pobreza, e que podem ajudar a visualizar potenciais emancipatórios que emergem desse cenário. Vale ressaltar, desde já, que este texto será guiado muito mais pela mobilização de hipóteses iniciais de investigação do que por conclusões resultantes de uma pesquisa madura já realizada e com resultados sólidos.

#### A POBREZA DO PLANETA FAVELA

No Posfácio à edição brasileira do trabalho de Mike Davis, *Planeta Favela*, Hermínia Maricato ressalta que um dos aspectos mais decisivos apresentados pelo livro é a exposição do tema do “crescimento e do empobrecimento das cidades do Terceiro Mundo”. Para construir esse quadro, Maricato mobiliza os fundamentos do que o autor chama de “*big bang* da pobreza”, que teriam sido estabelecidos em meados dos anos 1970, quando o FMI e o Banco Mundial “reorientaram as políticas econômicas do Terceiro Mundo”, incentivando os países a “abandonarem suas estratégias de desenvolvimento” (MARICATO, 2020, p. 211-212). Para incentivar a disseminação dessa reorientação, teria sido preciso não exatamente diminuir o papel dos Estados nacionais, mas modificar alguns de seus traços mais elementares. Desse modo, destaca a autora, o resultado alcançado foi a promoção de um Estado que é sempre forte e presente “quando se trata de matéria de interesse do sistema

financeiro internacional”, porém é mínimo “quando se refere às políticas sociais e especialmente [às políticas] de subsídios” (MARICATO, 2020, p. 214)<sup>2</sup>.

Nesse sentido, de acordo com Davis, o amplo processo de transformações sociais, políticas e econômicas da década de 1970 seria um dos elementos que ajudariam a compreender “o crescimento urbano rápido” de cidades localizadas no hemisfério sul. Assim, o cenário constituído pelo movimento de “ajuste estrutural, de desvalorização da moeda [...] foi a receita inevitável da produção em massa de favelas” (DAVIS, 2020, p. 27). Entretanto a “superurbanização”, que traz consigo uma “generalização espantosa das favelas” (DAVIS, 2020, p. 31), tem sido decisivamente “impulsionada pela *reprodução da pobreza*” (DAVIS, 2020, p. 26, grifo meu). Esse último aspecto é o que pretendo analisar aqui um pouco mais de perto.

De acordo com o que traz o autor, essa reprodução se dá, em grande medida, pelo fato de que “o mercado habitacional formal do Terceiro Mundo raramente oferece mais de 20% do estoque de residências”; isso faz com que sejam cada vez mais recorrentes exemplos de famílias que “recorrem a barracos construídos por elas mesmas, a locações informais, a loteamentos clandestinos ou às calçadas” (DAVIS, 2020, p. 27). Uma das consequências do entrelaçamento dessas dinâmicas sociais e econômicas é que a favelização e o empobrecimento se articulam de tal forma que, através deles, é possível compreender boa parte dos elementos estruturantes da paisagem urbana que marca, particularmente, as grandes cidades dos países no sul. Para lidar politicamente com esse cenário que carrega, em um só processo, um movimento de “urbanização” e de “favelização” que se retroalimenta (DAVIS, 2020, p. 27), o caminho escolhido, no mais das vezes, tem sido optar pela “descentralização da gestão urbana”. Essa opção permite promover maior participação social e, com isso, se espera maior capacidade de encaminhar, de forma mais democrática, a resolução dos problemas locais. Entretanto, embora necessária, essa descentralização tem caído na armadilha de “ignorar a macroeconomia e a esfera nacional” (MARICATO, 2020, p. 217). Dito em outros termos, em nome da

---

<sup>2</sup> Uma crítica semelhante aparece na obra de Pierre Dardot e Christian Laval *A nova razão do mundo*. Segundo os autores, “o mais importante na virada neoliberal não foi tanto a “retirada do Estado”, mas a modificação de suas modalidades de intervenção em nome da “racionalização” e da “modernização” das empresas e da administração pública” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 224).

promoção e do incentivo de uma participação política mais informada e qualificada dos cidadãos implicados nas dinâmicas urbanas das grandes cidades, tem-se desvalorizado os elementos sistêmicos que incidem no seu funcionamento.

Assim, o que se tem, de um lado, é um esforço de descentralização que pretende oferecer maior proximidade e capacidade para a comunidade lidar com os problemas da cidade; de outro, um distanciamento ou diminuição das formas concretas de lidar com as variáveis que extrapolam o âmbito “comunitário” e dizem respeito às esferas nacionais e internacionais. Desse modo, é possível notar uma tensão entre o que podemos chamar de *desafios micro* e *desafios macro* no esforço de combater os obstáculos produzidos pelo processo de favelização. Isso significa que, em nome da promoção da ampliação da participação política, privilegia-se mais o combate aos desafios locais (micro); porém, como afirma Maricato, esse movimento tende a tratar de modo insuficiente as variáveis que compõem os desafios nacionais ou internacionais (macro).

Esse modo de enxergar as tensões entre os desafios políticos que envolvem as dinâmicas de produção das cidades, em particular as grandes metrópoles do hemisfério sul, ajuda a compreender o cenário urbano que Mike Davis descreve e que pode ser entendido como uma articulação viciada entre crescimento e empobrecimento. A dinâmica social que emerge desse cenário envolve uma espécie de urbanização da pobreza ou empobrecimento do urbano, o que produz uma das imagens que melhor descrevem uma parte cada vez maior das grandes cidades do mundo.

Naturalmente, esse modo de olhar para as dinâmicas das cidades não é algo realmente novo. Ao menos desde os *Manuscritos de 44*, Marx já chamava atenção para o fato de que “o trabalhador se torna tanto mais pobre (*so ärmer*) quanto mais riqueza produz [...]” (MARX, 2017, p. 80), o que já nos permitiria antecipar que o crescimento das cidades implicaria na ampliação dessa lógica que preside as atuais formas de organização social, tanto as urbanas quanto as não-urbanas.

De todo modo, o que se lê em *Planeta Favela* é a reunião de um conjunto de informações que ajudam a construir um caminho que atualizou, de forma incomum ao menos até meados da primeira década dos anos 2000, o trajeto de favelização dos grandes conglomerados urbanos. É nesse sentido que penso que o espírito

presente nessa forma de entender as dinâmicas urbanas talvez possa também ajudar a iluminar uma forma de compreender o fenômeno da pobreza que é amplamente mobilizado por Davis, ainda que, no mais das vezes, por meio de exemplos de privação profunda de bens e serviços, isto é, como falta do mínimo. Uma das formas de olhar para o trabalho de Mike Davis, de resto absolutamente central para entender o horizonte para onde aponta as grandes cidades capitalistas, é notar que o crescimento das favelas caminha junto com a disseminação das formas mais dramáticas de pobreza.

No entanto, os inúmeros exemplos de privação trazidos no texto carregam uma noção implícita de pobreza que pode ser descrita como falta do mínimo. O modo com que o autor articula as imagens da pobreza em seu trabalho refere-se, predominantemente, aos exemplos de privação de bens como água, saneamento básico, transporte, emprego formal, remédios e, evidentemente, moradia de qualidade. Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrado quando ele se refere ao problema do trabalho realizado por crianças, a certa altura do capítulo intitulado “Humanidade excedente?”, e nos informa que “Enquanto as crianças urbanas ainda são tratadas como escravos ou servos, alguns de seus pais continuam a ser pouco mais que animais de carga” (DAVIS, 2020, p. 188). De resto, a obra é absolutamente rica na exposição de inúmeras formas de exploração que produzem e reproduzem experiências de privação profunda.

Os exemplos que ilustram o modo com que o autor lida com esse problema vão desde informações que denunciam formas de trabalho infantil até dados que apontam para a proliferação de um mercado alimentado pela ampliação de uma rede global de comércio de órgãos humanos. A reunião desse amplo conjunto de referências, dados e informações expostos ao longo de todo o trabalho é que ajuda a situar o leitor e a leitora no campo dentro do qual Davis se move quando se refere às experiências de pobreza. Isso também permite que ele destaque, com uma acidez que atravessa todo o texto, que “Não há nada no catálogo da miséria vitoriana narrada por Dickens, Zola ou Gorki que não exista em algum lugar das atuais cidades do Terceiro Mundo” (DAVIS, 2020, p. 185). Nesse sentido, resgatar uma passagem em que o autor reproduz uma pesquisa sobre o que ele chama de “pobreza nacional relativa” talvez seja uma forma de ilustrar os contornos mais gerais que orientam o

modo com o qual ele emprega a noção de pobreza. Em uma nota do capítulo “A generalização das favelas”, Davis afirma que “Em Kolkata, por exemplo, a linha de pobreza é definida como o equivalente monetário de 2.100 calorias de alimentação por dia. Assim, o homem mais pobre da Europa muito provavelmente seria rico em Kolkata e vice-versa” (DAVIS, 2020, p. 36).

Do ponto de vista de quem pretende compreender a pobreza a partir de sua dimensão conceitual, essa passagem exemplifica um tipo de encaminhamento da tensão entre uma abordagem micro e macro desse fenômeno social. A partir desse trecho de Davis, é possível notar como uma concepção de pobreza que restringe seu olhar ao âmbito nacional (micro) pode trazer dificuldades que não existiriam se esse mesmo olhar estivesse articulado ao âmbito internacional (macro). A pobreza, enquanto fenômeno social concreto pensado a partir de um recorte predominantemente nacional, pode ter os limites de sua compreensão borrados, de tal modo que o mesmo sujeito pode ser considerado, ao mesmo tempo, desde que esteja em locais distintos, rico (em Kolkata) e pobre (na Europa). Uma mesma pessoa, portanto, pode ser rica e pobre ao mesmo tempo, desde que esteja em lugares distintos. Uma concepção de pobreza que se oriente por estes termos pode conduzir a um tipo de crítica que enxerga opressão apenas lá onde a vida se tornou uma luta pela sobrevivência. Considerado assim, o fenômeno da pobreza tende a reduzir, mesmo que implicitamente, o conjunto de exigências necessárias para sua superação. Se encontramos exemplos de pobreza especialmente onde há trabalho infantil, tráfico de órgãos e opressões equivalentes ao tempo da “miséria vitoriana” narrada pela literatura tradicional europeia, então será razoável aceitar que a superação de sofrimentos e opressões dessa natureza equivaleria à superação da pobreza.

Contudo, antes de prosseguir, talvez seja preciso chamar atenção para um elemento decisivo que, se for ignorado, pode conduzir o argumento na direção de um simples anacronismo ingênuo. Jamais deve-se perder de vista que Mike Davis, em nenhum momento, propõe em seu trabalho construir qualquer coisa parecida com um esforço de precisão conceitual acerca do fenômeno da pobreza. Sua preocupação está muito mais próxima de um tipo de denúncia muito bem informada, até aquele momento, de tendências que se verificam concretamente nos processos de *apartheid*

urbano. É nesse sentido que é possível afirmar que o propósito de *Planeta Favela* é ser um trabalho com “finalidade militante, e o estilo [do autor] contraria a abstração e o distanciamento usuais na maior parte dos trabalhos acadêmicos” (MARICATO, 2020, p. 210). De todo modo, não é um despropósito enxergar o trabalho de Davis também como um ponto de apoio, seguro e bem construído, a partir de onde é possível desdobrar consequências teóricas de um aspecto presente de modo abundante em toda sua argumentação. O fenômeno da pobreza é um elemento que ajuda a iluminar dimensões estruturantes do texto sem, no entanto, ter merecido por parte do autor um tratamento mais conceitualmente elaborado, o que não desabona ou descaracteriza o trajeto escolhido por ele, mas oferece um campo de investigação a ser explorado. É nesse sentido que pode ser produtivo um esforço de trazer a pobreza para o centro da análise, a partir de uma abordagem que pensa esse fenômeno social de forma diretamente articulada com as dinâmicas implicadas nos processos de favelização urbana.

Vale destacar ainda que não se deve perder de vista que os grandes conglomerados urbanos, de um modo geral, se organizam em torno de princípios normativos comuns, como a promoção da liberdade, da igualdade e dos direitos humanos. Assim, é razoável tentar entender os descaminhos que permitem que os princípios normativos gerais da organização urbana sejam os mesmos, mas as formas de conceitualizar alguns fenômenos sociais produzidos a partir desses princípios carreguem sentidos tão díspares a ponto de uma mesma pessoa, ao mesmo tempo, poder ser considerada rica em uma cidade e pobre em outra. Esse tipo de dificuldade aponta não apenas para um desafio conceitual, mas também abre um amplo campo de dificuldades políticas quando se tem em vista, por exemplo, a formulação de políticas públicas de combate à pobreza.

Para tentar explorar essas dificuldades, tentarei apresentar nas próximas seções as linhas gerais de uma noção de pobreza que amplie seu horizonte crítico. Porém, ainda que o propósito seja afastar uma concepção de pobreza pensada em termos de privação do mínimo, como entendo ser o sentido predominante no texto de Davis, pretendo seguir o espírito presente nas tensões entre os desafios macro e micro que envolvem as dinâmicas de construção das cidades presentes em *Planeta Favela*.

### CONTORNOS DE UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA DE POBREZA<sup>3</sup>

Em um dos inúmeros esforços para estabelecer o estado da arte dos estudos sobre pobreza, Else Øyen afirma que os trabalhos comparativos geralmente conduzem para um determinado caminho, ao passo que as investigações centradas nos problemas nacionais conduzem a outro. Do mesmo modo, a adoção de parâmetros construídos em países desenvolvidos para investigar o fenômeno da pobreza nos países em desenvolvimento tende a produzir novos obstáculos. A soma dessas dificuldades, insiste Øyen, testemunha que tanto os pesquisadores quanto os responsáveis por elaborar políticas públicas sentem que as divergências teóricas sobre a pobreza parecem “não levar a lugar algum”. Esse diagnóstico o conduz à conclusão de que boa parte dessas dificuldades reside precisamente na “falta de filosofia como anteparo para as medidas de pobreza e para os conceitos e teorias que as acompanham” (ØYEN, 1996, p. 3)<sup>4</sup>.

Tendo em vista a provocação de Øyen e o cenário construído por Mike Davis, pretendo discutir nesse momento, um movimento teórico bastante comum de assimilação entre pobreza e mínimo, que tende a enxergar pobreza, no mais das vezes, apenas ali onde a vida é “compatível [...] com uma existência animal” (MARX, 2017, p. 24, grifo meu). É Marx quem insiste que o trabalhador se sente, embora não seja, “livre e ativo” quando desempenha tarefas que contribuem para a garantia da reprodução de suas “funções animais”, tais como “comer, beber, procriar”. Porém,

---

<sup>3</sup> Uma versão inicial dessa sessão foi apresentada em artigo com o título “A Critique of poverty: exploring the underground of social philosophy” a ser publicado na revista *Theoretical Practice* em dezembro de 2021.

<sup>4</sup> Na mesma direção, Pinzani (2017, p. 348) ressalta que “os filósofos em geral - em particular os filósofos políticos - seguem desinteressando-se do tema, talvez por considerá-lo pouco suscetível de uma abordagem filosófica, ou por estarem convencidos de que suas propostas normativas [...] acabariam naturalmente por oferecer uma resposta também ao problema da pobreza”. Seja como for, segue ele, “procurar-se-á em vão estudos ou páginas dedicadas especificamente à pobreza na obra de John Rawls, Michael Walzer, Charles Taylor, Jürgen Habermas, Karl-Otto Apel ou outros filósofos políticos contemporâneos de renome”. Entretanto, embora não tenha sido objeto exaustivo de investigação por parte de filósofos, Ugá afirma que “o tratamento das mazelas sociais contemporâneas a partir do conceito de “pobreza” [...] por mais que se esforce em assumir um caráter puramente “técnico”, pressupõe, sim, uma filosofia ou uma visão de mundo social específica” (UGÁ, 2011, p. 289). Contudo, talvez não se trate exatamente da falta de uma abordagem filosófica, mas de uma abordagem crítica capaz de captar tendências estruturais que ajudem a apontar os limites atuais de um determinado modo hegemônico de pensar a pobreza.

“quanto às suas funções humanas, ele se sente [embora não seja] como animal”. Assim, “o animal se torna humano e o humano se torna animal” (MARX, 2017, p. 83). Ainda que reconheça que comer, beber e procriar também são funções das mulheres e dos homens, ele afirma que, quando estão separadas das demais atividades humanas, tais funções se modificam. O que Marx ajuda a compreender aqui é que guiar-se pela garantia da manutenção de certas “funções” vitais elementares não é mais que garantir às mulheres e homens algumas características “animais”.

Contudo, se nos distanciarmos desse olhar criticado por Marx e nos voltarmos para a dimensão social do problema, é possível considerar a experiência da pobreza sem enquadrá-la no interior de limites teóricos orientados pela busca da garantia do mínimo ou pela denúncia da não garantia do mínimo. O fenômeno da pobreza carrega níveis de complexidade que dificilmente são captados por concepções teóricas de pobreza orientadas pelo mínimo. Porém, ele pode ser mais bem informado quando se considera os potenciais presentes na reunião da riqueza social disponível atualmente<sup>5</sup>.

Nesse sentido, é possível afirmar que se a teoria social não quiser renunciar parte de sua capacidade crítica, ela deve seguir um caminho que pode ser encontrado nos textos de Marx, o qual, ao desenvolver sua análise do capitalismo, partiu de uma abordagem que apontou tanto para o núcleo da forma social capitalista quanto para seu caráter propriamente contraditório. Para o autor de *O Capital*, os conceitos de mercadoria e de valor designam esse núcleo da forma social capitalista. O conceito de mercadoria, que é ao mesmo tempo “sensível” e “suprassensível”, e o de trabalho, que sob a égide do capital é ao mesmo tempo “abstrato” e “vivo”, designam a tensão inerente ao sistema (FISCHBACH, 2009, p.148-149). Esse é também o caminho a partir do qual acredito ser possível compreender a pobreza.

---

<sup>5</sup> A esse respeito, como ilustração, vale considerar alguns resultados apresentados por recentes pesquisas sobre os níveis atuais de riqueza social. O ano de 2019 testemunhou, de acordo com o *Relatório Global* produzido pelo *Credit Suisse Research Institute*, um nível recorde da riqueza mundial. Mais precisamente, o relatório afirma que “A riqueza global aumentou 2,6% em [2019] e atingiu US\$ 360 trilhões, enquanto a riqueza por adulto bateu um novo recorde de US\$ 70.850, ficando 1,2% acima do nível observado em meados de 2018” (CRÉDIT SUISSE, 2020, p. 2). A previsão é que esse crescimento bata novos recordes: “Projeta-se que a riqueza global aumentará 27% nos próximos cinco anos, chegando a US\$ 459 trilhões até 2024” Cf. [https://www.cshg.com.br/publico/conteudo/global\\_wealth\\_report\\_201910](https://www.cshg.com.br/publico/conteudo/global_wealth_report_201910). Ainda que a pandemia de COVID-19 possa ter desacelerado essa tendência nos anos de 2020-2021, os indícios mais fortes são de retomada do ritmo anterior.

Enquanto noção que designa um fenômeno social, ela deve ser capaz de operar a partir do mesmo espírito presente na tensão testemunhada pelos conceitos de mercadoria e valor, ou seja, deve permitir tanto diagnosticar uma experiência social negativa (privação ou falta de acesso) quanto abrir o horizonte de uma tendência crítica capaz de propor uma consideração teórica desse fenômeno social (expectativa de acessar o que foi socialmente produzido) que rompa a órbita do mínimo. A partir desse quadro teórico, penso ser possível reposicionar a noção de pobreza, tornando-a mais complexa, na medida em que ela se distancia de uma espécie de domínio exclusivo das experiências extremas de privação. Um esforço dessa natureza pode ter a virtude de estabelecer uma distinção mais clara entre o que é e o que não é pobreza, sem perder de vista que ela é experienciada, de fato, em níveis muito distintos. É isso, aliás, o que permite que se respeite, em especial quando o que está em jogo são políticas públicas, os diferentes níveis de pobreza, ou seja, que se enxergue que há os mais pobres e os menos pobres. Entretanto, que não se corra o risco de cair na armadilha de considerar que possuir o mínimo (embora se reconheça a pluralidade presente no debate sobre o que isso significa) seja suficiente para não considerar alguém como pobre.

É possível apontar vários motivos que permitem esse reposicionamento. Talvez um dos mais convincentes seja aquele que mostra que o abismo entre ricos e pobres tem aumentado, muito embora se possa afirmar que o atual nível da riqueza social disponível é tão alto que a expectativa de vida média de uma criança que nasce no continente africano hoje é maior do que aquela de uma criança que viveu em Londres no século XIX<sup>6</sup> (DEATON, 2017, p.11). Ainda assim, não são poucas as evidências que apontam para o crescimento da distância entre aqueles que acessam sem limites a riqueza social e aqueles que lutam para garantir o mínimo. Esse cenário pode ser compreendido como uma espécie de achatamento radical daquilo que sociólogos e economistas comumente chamam de classe média<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> “Que anticlímax coxo!” diria Marx (2013, p. 727): “Se os extremos da pobreza não diminuíram, eles aumentaram, já que aumentaram os extremos da riqueza”.

<sup>7</sup> Essa tendência tem sido detectada por autores de diferentes filiações teóricas desde o início da década de 1990 quando Douglas Coupland, ao apresentar o que ele chamou de “Brasilianização” do mundo, afirmou que esse processo consiste em “aumentar a desigualdade entre os ricos e os pobres com a consequente extinção da classe média” (COUPLAND, 1994); os franceses Dardot e Laval, mais recentemente, falam em “polarização extrema entre ricos e pobres” ((DARDOT, LAVAL, 2016,

Construir uma noção crítica de pobreza exige tomá-la a partir da consideração dessas tendências que convivem com outras transformações, especialmente em termos de produção de bens e desenvolvimento de tecnologia, que marcaram o último período. Por isso, uma das formas de descrever minha hipótese mais ampla sobre a pobreza é entender que o nível de negação do acesso ao que foi socialmente produzido é que deve ser sua medida. Quanto mais distante de acessar a riqueza social, mais pobre. Quando essa negação alcança níveis que ameaçam diretamente a sobrevivência, como falta de acesso mínimo a alimentação e moradia, o que se tem é uma vida animal, ou talvez mais apropriadamente, barbárie.

A assimetria entre a riqueza socialmente produzida e a desigualdade que permanece, permite considerar uma noção crítica de pobreza como falta de acesso ao que foi socialmente produzido. De modo mais preciso, considero que pobreza é a *negação, em algum nível, do acesso<sup>8</sup> tanto àquilo que foi socialmente produzido quanto ao que está disponível na natureza, desde que a universalização (tornar-se comum<sup>9</sup>) do acesso não inviabilize ou enfraqueça o convívio social, mas contribua*

---

“Introdução à edição inglesa”); Thomas Piketty, em seu trabalho *Capital e Ideologia*, observa que no período entre 1980-2018 “as desigualdades diminuíram entre a base e o meio da repartição mundial de renda e aumentaram entre o meio e o topo da distribuição” (PIKETTY, 2020, p. 35); ainda na mesma direção, o economista e antropólogo Jason Hickel afirma que “A diferença entre as rendas per capita do Norte global e do Sul global praticamente triplicou de tamanho desde 1960” (HICKEL, 2018, p. 2). Nota-se, portanto, como representantes de diferentes tradições, a partir de diferentes recortes, têm se aproximado quando o tema é a tendência de diminuição das assim chamadas “classes médias” e a ampliação do abismo entre ricos e pobres.

<sup>8</sup> Considerar a “igualdade de acesso” como um aspecto central de uma reflexão sobre a pobreza é algo que o economista indiano Srinivasan também propõe, particularmente em *Poverty: some measurements problems* (1977). Entretanto, Srinivasan não desenvolve a noção para além da exigência de um conjunto de necessidades que ele julga serem imprescindíveis para superação da pobreza, a saber, facilitar acesso a educação, auxílio médico e oportunidades de trabalho (SRINIVASAN, 1977, p. 2). Nesse sentido, ele ainda se mantém às voltas com o horizonte do mínimo que está consubstanciado especialmente na garantia do acesso a esses três aspectos.

<sup>9</sup> Uma das referências incontornáveis aqui é a obra de Pierre Dardot e Christian Laval, intitulada *Comum: ensaio sobre a revolução no séc. XXI*. Descrevendo o que entendem por comum, os autores afirmam tratar-se de uma “fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se a tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Nesse sentido, o termo “comum” designa não o *ressurgimento* de uma ideia comunista eterna, mas o *surgimento* de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação” (p. 16-17). No entanto, o elemento que certamente mais contribui para o debate sobre a pobreza é justamente a distinção que aparece na obra como “proposição política 2”; ela apresenta a distinção entre “direito de uso e propriedade”. Grosso modo, essa distinção pretende mostrar que aquele que é “usuário do que é comum” está ligado aos outros fundamentalmente através da “coprodução das regras que determinam o uso comum”. Esse é, para os autores, um vínculo central, na medida em que ele não está ancorado na “divisão de uma mesma propriedade entre pessoas desigualmente proprietárias”, mas sim na “coobrigação que prevalece entre todos os que usam simultaneamente uma coisa que é “extrapropriedade” (DARDOT; LAVAL,

Um aspecto que não pode ser ignorado aqui é que afirmar que a pobreza pode ser entendida como falta de acesso, em alguma medida, àquilo que foi socialmente produzido não significa, em nenhuma hipótese, que o combate à pobreza passe pelo incentivo ao consumo e ao acúmulo de propriedade e bens, como automóveis, para nos prendermos a um exemplo emblemático. Isso porque a universalização do acesso a bens dessa natureza não significará a ampliação das possibilidades sociais e individuais. O contrário é mais provável, isto é, pode representar, a médio e longo prazo, um obstáculo, na medida em que o aumento de carros traz um incontornável passivo ambiental<sup>11</sup> e urbano. Por isso a necessidade de destacar, como forma de combater a pobreza, não a dimensão da posse, mas do acesso comum àquilo que foi socialmente produzido. Dito de outro modo, trata-se menos de possuir e mais de garantir o acesso. Assim, uma noção crítica de pobreza pode não tomar a dimensão econômica como seu aspecto primordial - muito embora certamente esse seja um horizonte incontornável quando se pensa a pobreza.

Compreendida nesses termos, a análise deverá tomar a direção da ampliação do foco social a partir de onde esse fenômeno se origina. Se o sujeito é incapaz de acessar aquilo que foi socialmente produzido, essa incapacidade não pode ser entendida simplesmente como uma limitação individual<sup>12</sup>, mas como denúncia da inaptidão da atual forma social de tornar comum o acesso àquilo que ela produz.

---

2018, p. 497). David Harvey também é uma fonte importante na medida em que reflete as consequências espaciais da adoção do privado em detrimento do comum como eixo constitutivo da vida social (Cf. HARVEY, 2013).

<sup>10</sup> Vale destacar, mais uma vez, que Peter Townsend, em sua obra *Poverty in the United Kingdom* (1979), pensa a pobreza em termos de privação relativa: “A pobreza pode ser definida objetivamente e aplicada consistentemente apenas em termos do conceito de privação relativa” (TOWNSEND, 1979, p. 31, grifos meus). Tal definição pode conviver com a que apresento aqui. No entanto, há uma diferença que não nega o que Townsend apresenta, mas acresce um elemento que julgo central para construir uma noção crítica de pobreza: a superação dessa “privação relativa” não reside no incentivo à posse de garantias mínimas ou necessidades básicas de acordo com o padrão de alguma sociedade nacional particular, mas na garantia de acesso a tudo que foi socialmente produzido.

<sup>11</sup> Ainda que não seja possível desenvolver aqui essa dimensão, não se pode deixar de ressaltar que esse é um elemento cada vez mais central também quando se trata da pobreza e das formas de combatê-la. Particularmente porque “As populações mais pobres serão as primeiras a sofrer as consequências funestas do aquecimento global” (DARDOT; LAVAL, 2018, p.13, grifo meu).

<sup>12</sup> Como é o caso, segundo Ugá, das políticas propostas pelo Banco Mundial que dividem os indivíduos em dois grupos: os incapazes e os competitivos. Pobre seria o indivíduo incapaz; por isso o papel das políticas de combate à pobreza formuladas pelo Banco teriam como horizonte transformar o indivíduo incapaz em alguém capaz e competitivo (UGÁ, 2004, p. 60).

Essa inaptidão não gera apenas sofrimento no plano individual, mas também fere a igualdade que, no plano normativo, é um dos princípios norteadores da modernidade. Se tomarmos como referência concreta o nível de riqueza socialmente disponível, de um lado, e um dos elementos normativos estruturantes das sociedades modernas (igualdade), de outro, penso que há um cenário suficientemente estruturado para compreender a pobreza nos termos propostos aqui.

Nesse momento, talvez seja possível aproximar essas observações provisórias sobre o fenômeno da pobreza daquilo que foi apresentado no início desse texto como forma de pensar o processo de “urbanização” e “favelização” que se retroalimenta. Tanto lá quanto cá, o caminho que se abre é o da promoção de uma tensão social entre horizontes micro e macro. Assim como não é possível encontrar as raízes dos problemas da favelização olhando primordialmente para os problemas locais (micro) através da “descentralização da gestão urbana”, também não é possível compreender a pobreza com olhar voltado para a garantia do mínimo. Se os obstáculos impostos pela “macroeconomia” não podem ser negligenciados para compreender os fenômenos típicos das grandes metrópoles, também não se pode perder de vista a riqueza socialmente produzida (macro) quando se quer pensar uma noção crítica de pobreza. Aqui vale ressaltar ainda que em quase toda descrição da pobreza está implicada a “necessidade moral” de que “algo deve ser feito” (SPICKER; LEGUIZAMÓN; GORDON; 2007, p. 238). Por isso, “o sentido [de um conceito crítico] não deve ser buscado na reprodução da sociedade atual, mas na sua transformação” (HORKHEIMER, 1975, p. 146) a partir das experiências produzidas pelas dinâmicas e práticas sociais do presente.

Posto desse modo, o esforço de pensar a pobreza em sua dimensão social permite considerar sua politização através da “afirmação da imanência da política no social como espaço de clivagem e de conflitos”, mas também de deslocamentos e interrogações (FISCHBACH, 2009, p. 11-12). Aqui vale mencionar a crítica que Davis faz ao modo com que organismos internacionais como a ONU enxergam as favelas. Segundo o autor, a Organização das Nações Unidas sugere que se restrinja o olhar “às características físicas e legais do assentamento”, evitando assim suas “dimensões sociais” (DAVIS, 2006, p. 36). Ora, não é exagero afirmar que um esforço de procurar compreender fenômenos como a pobreza e as favelas desviando o olhar da dimensão

social que as constitui é, no mínimo, um procedimento míope e displicente. As múltiplas experiências de pobreza urbanamente traduzidas na multiplicação de favelas são, primordialmente, fenômenos de natureza social. Nesse sentido, se a pobreza é falta de acesso ao que foi socialmente produzido, ela é também uma dimensão negativa da expectativa de vida boa alimentada por cada indivíduo. Assim, compreender criticamente a dimensão social a partir de onde se experiencia a pobreza em toda sua complexidade imediata exige uma abordagem “totalizante e imanente” (FISCHBACH, 2009, 147), no sentido de que a crítica deve assumir, de modo reflexivo, sua participação no mundo social em que ela surge e toma por objeto. Essa participação, no entanto, deve iluminar, na dinâmica da realidade existente, um movimento capaz de abolir seus obstáculos a partir de seu próprio interior (FISCHBACH, 2009, 145).

Em outras palavras, isso significa que a crítica não deve se apoiar em elementos abstratamente isolados, mas orientar-se pelo núcleo da sociedade sobre a qual estuda para, a um só tempo, compreendê-la e ancorar-se nela com intuito de formar um ponto de vista crítico (FISCHBACH, 2009, 147). Nesses termos, a questão não é exclusivamente a de saber se a crítica é imanente do ponto de vista de seus princípios normativos, e sim do ponto de vista das dinâmicas práticas que irrigam esses princípios e os modos com que eles operam. Essa forma de conduzir a crítica se orienta por um reposicionamento da relação entre filosofia social e ciências sociais, o que contribui para que “a crítica teórica [que] exprime as dinâmicas críticas que emergem da experiência social” ganhe outra vez o centro da filosofia<sup>13</sup>.

O fenômeno da pobreza pensado nesses termos traz a ampliação do arco conceitual da própria pobreza, o que significa, entre outras coisas, que uma parte maior da sociedade poderá ser considerada pobre. É desnecessário dizer que isso traz um amplo conjunto de novos problemas, tanto na dimensão da análise social quanto naquela da análise política.

Em relação à primeira dimensão de problemas, nota-se que a concepção de pobreza como falta de acesso ao que foi socialmente produzido inclui o que, de

---

<sup>13</sup> Cf. DUFOUR, Éric; FISCHBACH, Franck; RENAULT, Emmanuel. *Histoires et définitions de la philosophie sociale*. Grenoble: Recherches sur la philosophie et le langage. 2012.

forma quase consensual, tanto na sociologia quanto na economia, nomeia-se de classe média. Isso permite que grupos sociais bastante desiguais caibam na mesma designação conceitual. Essa consequência pode trazer maior dificuldade quando se pensa na possibilidade de traduzir a noção de pobreza apresentada aqui em objeto de políticas públicas. Essa dificuldade pode ser contornada, no entanto, quando se mobiliza um referencial de uso comum, que é a designação de níveis de pobreza. Há os mais pobres e os menos pobres, mas se uns e outros não têm acesso ao que foi socialmente produzido, *desde que a universalização do acesso não inviabilize ou enfraqueça o convívio social, mas contribua para manutenção ou ampliação dos potenciais individuais e coletivos*, então devem ser considerados pobres, ainda que em níveis de pobreza distintos. De todo modo, como destacado acima, essa nova fração social que pode ser incluída na concepção de pobreza sugerida aqui tem apresentado uma forte tendência de diminuição nas últimas décadas.

Na próxima seção pretendo explorar um pouco mais alguns limites e potenciais políticos, em particular de ação política, que podem ser derivados do que se apresentou até aqui, uma vez que a crítica deve assumir sua participação no mundo social em que ela surge e toma por objeto.

## ELEMENTOS PARA UMA DIALÉTICA DA POBREZA: O MOMENTO APOLOGÉTICO

Se o que foi chamado aqui de aceitação da ideologia da sociedade justa é um traço marcante em grande parte dos pobres, é possível enxergar movimentos em outra direção, ou seja, existem também aqueles em quem as experiências de pobreza produzem desejos de superação da carência e da falta de esperança de realizar suas expectativas de vida boa.

Nesse sentido, afirma Davis, “até dentro de uma só cidade, a população favelada [os mais pobres] pode apresentar variedade enlouquecedora de reações à privação e à negligência estruturais, que vão das Igrejas carismáticas e cultos proféticos às milícias étnicas, gangues de rua, ONGs neoliberais e movimentos sociais revolucionários” (DAVIS, 2006, p. 201). Desse modo, embora não seja possível enxergar “um tema monolítico nem uma tendência unilateral na favela global, ainda assim há uma miríade de atos de resistência” (*Idem*). Por isso, “o futuro da

solidariedade humana depende da recusa combativa dos novos pobres urbanos (em todos os níveis de pobreza) a aceitar a sua marginalidade terminal dentro do capitalismo global” (*Ibidem*).

Aqui reside o que pode ser entendido como uma *dimensão crítica da pobreza*, que se manifesta e se alimenta, no mais das vezes, nos sujeitos que compõem os movimentos sociais organizados e mais combativos no plano da ação política. Embora essa dimensão crítica não seja exclusividade dos sujeitos que compõem organizações ou movimentos sociais, a adesão aos coletivos organizados em prol de demandas mais próximas à situação de privação que constituem a vida dos pobres é uma consequência visível que brota do interior das experiências de pobreza. Entre os exemplos mais proeminentes de grandes movimentos sociais organizados em torno de demandas que pretendem incidir diretamente na diminuição da pobreza, vale destacar, por exemplo, o Zapatismo mexicano, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra (MST) e mais recentemente no Brasil, em âmbito urbano, o Movimento dos Trabalhadores sem-teto (MTST). Um dos traços que unificam esses três movimentos é exatamente o fato de que a pobreza, caracterizada por diferentes formas de privação - falta de terra para trabalhar ou falta de casa para morar - é uma marca que os caracteriza. Outros tantos exemplos de experiência de associativismo e coletivos construídos em ambientes sociais marcados pela pobreza podem ser observados em pesquisas no campo propriamente sociológico<sup>14</sup>.

De todo modo, aproximar esses dois momentos que são produtos da experiência da pobreza, a saber, a dimensão crítica e a dimensão apologética, é uma forma de apresentar, mesmo que em um nível ainda elementar, o amplo campo que se abre a partir de uma consideração da pobreza que não se restrinja à análise da

---

<sup>14</sup> Para citar alguns exemplos: LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; e SZWAKO, José (Org). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2018. DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, ANPOCS/Relume Domará. 1995. SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. Um panorama dos estudos sobre os movimentos sociais e a participação no Brasil. In: Ilse Scherer-Warren; Lígia H H Lüchmann. (Org.) *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ed. Florianópolis: UFSC, 2015, v. , p. 15-42. BORBA, Julian; GIMENEZ, Eder ; RIBEIRO, E. A. Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política. In: Ilse Scherer-Warren; Lígia H H Lüchmann. (Org.) *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ed. Florianópolis: UFSC, 2015, v. 1, p. 101-132. FIERRO, Alberto. The MTST Politics of Social Rights: Counter-Conducts, Acts of Citizenship and a Radical Struggle Beyond Housing. *International Journal of Politics, Culture, and Society* volume 33, 513-527. 2020.

falta do mínimo. Trata-se, portanto, de explorar tanto quanto possível as tensões que emergem da fricção e ebulição permanente que se processa nas diferentes experiências de pobreza, dos mais pobres aos menos pobres, e que estão reunidas aqui em duas grandes tendências: a apologética e a crítica. Se, por um lado, é possível observar certa adesão de grande parte dos pobres àqueles valores e princípios que os aliena do acesso àquilo que foi socialmente produzido e traz sofrimento (contribuindo assim para a manutenção da própria opressão) - por outro, também é possível verificar um movimento (visível primordialmente, mas não exclusivamente, na associação a certos movimentos sociais) de resistência, contraposição e negação desses princípios. Vale ressaltar também a interseccionalidade<sup>15</sup> presente em movimentos que articulam formas específicas de combate à pobreza com demandas étnico-raciais, ecológicas, de gênero, de reforma urbana, entre tantas outras.

Por fim, nota-se mais uma vez, que a consideração teórica da tensão entre a dimensão crítica e a apologética, que brota do sofrimento produzido pelas experiências de pobreza, não enxerga apenas sua dimensão local e subjetiva (micro), mas toma como incontornável a consideração do caráter sistêmico e objetivo (macro) da produção da pobreza na forma social capitalista. Isso não significa recuperar leituras economicistas, mas ressaltar o potencial crítico presente na coexistência, sempre conflituosa, entre dois modos de lidar politicamente com a forma social que produz o fenômeno da pobreza: uma que alimenta a adesão e outra que admite um posicionamento crítico. Explorar as potencialidades dessa tensão surge como uma forma de lidar com a pobreza enquanto objeto que carrega um conjunto complexo de dinâmicas que emergem de experiências sociais de opressão, sofrimento e alienação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme anunciado no início, o objetivo aqui foi apresentar alguns elementos da relação entre os domínios sociais e políticos, sublinhando o fenômeno da pobreza

---

<sup>15</sup> Cf. COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

como eixo articulador predominante, guiado muito mais pela mobilização de hipóteses iniciais de investigação do que por conclusões resultantes de uma pesquisa madura.

Assim, um dos modos de olhar para a tendência de favelização dos grandes complexos urbanos, em particular nas últimas décadas do século XX no hemisfério sul, é tomá-lo como uma face do perene, gradual e sistemático fenômeno de empobrecimento. No entanto, é preciso um esforço teórico para não cairmos na armadilha que tenta nos convencer a enxergar experiências de pobreza apenas ali onde a privação e o sofrimento tornam-se suficientemente bárbaros, a ponto de equalizar combate à pobreza e conservação da vida. A pobreza não está apenas onde se verifica falta do mínimo. Para contornar essa dificuldade é que procurei expor as linhas gerais de uma abordagem *filosófica e crítica de pobreza* que considere a falta de acesso ao que foi socialmente produzido como seu horizonte normativo.

Pensar o fenômeno da pobreza nesses termos não neutraliza as possibilidades de crítica ou de ação política pensada a partir das experiências dos próprios pobres. Se, por um lado, a pobreza pode escamotear, para os próprios pobres, a ideologia que legitima sua perpetuação, por outro, ela também é capaz de alimentar formas de superação da opressão através, por exemplo, da organização social coletiva, enfeixada em movimentos sociais. Nesse sentido, a pobreza pode ser tomada como um fenômeno social que seria capaz de reproduzir certo caráter conflituoso das sociedades modernas. Se, por um lado, é preciso reconhecer que há uma tendência, inclusive dos pobres, a aderirem ao modo capitalista e aos valores a ele atribuídos, particularmente na sua atual fase neoliberal, por outro, demandas direta ou indiretamente orientadas para superação da pobreza têm sido catalisadoras de parte dos movimentos sociais mais atuantes que permitem mobilizar elementos potencialmente críticos da forma social capitalista.

A partir da consideração da experiência da pobreza formulada pela exposição da tensão entre uma dimensão crítica e outra apologética, abre-se um campo de possibilidades a serem exploradas por meio da compreensão das dinâmicas práticas dos atores sociais que experienciam níveis distintos de pobreza. De todo modo, como afirmam Dardot e Laval, só será possível “tirar partido disso” se soubermos “remediar a *pane de imaginação* que [estamos] sofrendo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.

9, grifo dos autores).

Finalmente, se quisermos enfrentar as mazelas do neoliberalismo, será preciso explorar os potenciais emancipatórios que emergem das dinâmicas práticas dos *mais pobres* que, invariavelmente, *são aqueles que habitam as favelas e periferias das grandes cidades*. Ali talvez resida um caminho promissor, embora não o único, a partir do qual seja possível alimentar a imaginação política através das experimentações e das lutas do presente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BORBA, Julian; GIMENEZ, Eder ; RIBEIRO, E. A. Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política. In: Ilse Scherer-Warren; Lígia H H Lückmann. (Org.) *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ed. Florianópolis: UFSC, 2015, v. 1, p. 101-132.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRÉDIT SUISSE. *Global wealth report 2019*. Zurich: Switzerland, 2020.

COUPLAND, Douglas. *Geracão X: Contos para uma Cultura Acelerada*. Lisboa: Teorema, 1994.

DEATON, Angus. *A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade*. Translated by Marcelo Levy. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2020.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, ANPOCS/Relume Domará. 1995.

DUFOUR, Éric; FISCHBACH, Franck; RENAULT, Emmanuel. *Histoires et définitions de la philosophie sociale*. Grenoble: Recherches sur la philosophie et le langage. 2012.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2003.

FIERRO, Alberto. The MTST Politics of Social Rights: Counter-Conducts, Acts of Citizenship and a Radical Struggle Beyond Housing. *International Journal of Politics, Culture, and Society* volume 33, 513-527. 2020.

FISCHBACH, Franck. *Manifeste pour une philosophie sociale*. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

FORST, Rainer. Der Grund der Kritik: Zum Begriff der Menschenwürde in sozialen Rechtfertigungsordnungen. In: JAEGGI, Rahel; WESCHE, Tilo (Orgs.). *Was ist Kritik?* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009. p. 150-164.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HICKEL, Jason. *The divide: a brief guide to global inequality and its solutions*. New York: W.W. Norton & Co. 2017.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e Teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; e SZWAKO, José (Org). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raca e genero no Brasil pós-transição* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2018.

LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

MARICATO, Ermínia. “Posfácio”. In: DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo. 2020.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Trad. Mario Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo. 2017.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70. 2017b.

NUN, José. The end of work and the “Marginal Mass” Thesis. *Latin American Perspectives*, v.27, n.1, p.6-32, 2000.

ØYEN, Else. Poverty Research Rethought. In: ØYEN, E.; MILLER, S. M.; SAMAD, S. (Eds.) *Poverty: a global review. Handbook on International Poverty Research*. Oslo: Scandinavian University Press, 1996.

PIKETTY, Thomas. *Capital e Ideologia*. Trad. Dorothee de Bruchard e Maria de Fátima. Rio de Janeiro: 2020.

PINZANI, Alessandro. Vai trabalhar vagabundo: retórica anti-pobre e aspectos normativos de uma teoria da pobreza. In: SILVA, Hélio Alexandre (Org). *Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais*. Macapá: Unifap, 2017.

SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. Um panorama dos estudos sobre os movimentos sociais e a participação no Brasil. In: Ilse Scherer-Warren; Lígia H H Lüchmann. (Org.) *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. 1ed. Florianópolis: UFSC, 2015, v. , p. 15-42.

SINGER, André. *O sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é como vive*. Belo Horizonte: UFMG. 2011.

SOUZA, Jessé. *O batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SPICKER, Paul; LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez; GORDON, David; *The International glossary on poverty*. London/New York: Zed Books, 2007.

SRINIVASAN, Thirukodikaval Nilakanta. *Poverty: some measurements problems*. World Bank reprint series: New Delhi, India, 1977.

SRINIVASAN, Thirukodikaval Nilakanta. *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979.

UGÁ, Vivian Domínguez. *A questão social como pobreza: crítica à conceituação neoliberal*. Curitiba: Appris, 2011.